

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	15
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.921	17.162
1.01	Ativo Circulante	9	5.250
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	5.250
1.02	Ativo Não Circulante	11.912	11.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.912	11.912
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.135	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	6.134	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.921	17.162
2.01	Passivo Circulante	1.429	1.399
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	175	148
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	175	148
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	175	148
2.01.02	Fornecedores	295	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	295	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	38	44
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38	44
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13	19
2.01.03.01.03	Parcelamentos	25	25
2.01.05	Outras Obrigações	921	943
2.01.05.02	Outros	921	943
2.02	Passivo Não Circulante	337.735	351.534
2.02.02	Outras Obrigações	39.849	41.943
2.02.02.02	Outros	39.849	41.943
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	39.664	41.753
2.02.02.02.06	Parcelamentos	185	190
2.02.04	Provisões	297.886	309.591
2.02.04.02	Outras Provisões	297.886	309.591
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	297.886	309.591
2.03	Patrimônio Líquido	-327.243	-335.771
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-490.501	-499.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.916	37.067

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.476	-4.859
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-274	-179
3.04.02.01	De Administração	-274	-179
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9	638
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.964	-53
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.705	-5.265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.476	-4.859
3.06	Resultado Financeiro	-2.023	-1.572
3.06.01	Receitas Financeiras	8	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.031	-1.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.453	-6.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.075	0
3.08.02	Diferido	2.075	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.528	-6.431
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.528	-6.431
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,20111	-0,90576
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,20111	-0,90576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	8.528	-6.431
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	3.171
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.528	-3.260

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.114	-1.770
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.214	-1.125
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	8.528	-6.431
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.705	5.265
6.01.01.03	Provisão / Reversão para Contingência	0	54
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	0	37
6.01.01.05	Provisão / Reversão de encargos legais	0	-50
6.01.01.07	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-2.075	0
6.01.01.08	Juros e encargos com partes relacionadas	2.038	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.100	-645
6.01.02.01	Fornecedores	31	4
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.064	-15
6.01.02.03	Outros Ativos	0	-638
6.01.02.04	Salários e encargos sociais a pagar	27	4
6.01.02.06	Outras Obrigações	-22	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.127	1.770
6.03.01	Recebimentos com partes relacionadas	29.437	1.770
6.03.02	Pagamentos com partes relacionadas	-33.564	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.241	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.250	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.528	0	8.528
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.528	0	8.528
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	151	-151	0
5.06.04	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	151	-151	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-490.501	36.916	-327.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.431	4.693	-1.738
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.431	0	-6.431
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.693	4.693
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.693	4.693
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	764	-635	-129	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	764	-764	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	129	-129	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	4.557	-510.853	40.623	-345.565

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	9	0
7.01.02	Outras Receitas	9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119	-146
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-119	-146
7.03	Valor Adicionado Bruto	-110	-146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-110	-146
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.725	-4.638
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.705	-5.265
7.06.02	Receitas Financeiras	8	0
7.06.03	Outros	12	627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.615	-4.784
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.615	-4.784
7.08.01	Pessoal	155	84
7.08.01.01	Remuneração Direta	129	76
7.08.01.02	Benefícios	26	8
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	890	1
7.08.02.01	Federais	890	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.042	1.562
7.08.03.01	Juros	2.042	1.562
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.528	-6.431
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.528	-6.431

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	305.854	297.888
1.01	Ativo Circulante	170.264	162.438
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	337	10.550
1.01.01.01	Bancos conta corrente	337	10.550
1.01.03	Contas a Receber	61.208	54.489
1.01.03.01	Clientes	61.208	54.489
1.01.04	Estoques	15.378	17.450
1.01.04.01	Estoques	15.019	16.477
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	359	973
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.001	13.026
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.001	13.026
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.340	66.923
1.01.08.03	Outros	78.340	66.923
1.01.08.03.01	Numerários em Trânsito	73.296	64.611
1.01.08.03.02	Trava Cambial	2.800	972
1.01.08.03.03	Outros ativos	2.244	1.340
1.02	Ativo Não Circulante	135.590	135.450
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.751	16.576
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	135	125
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	135	125
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.616	16.451
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	237	298
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.184	6.576
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	7.195	9.577
1.02.02	Investimentos	25.857	25.857
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.857	25.857
1.02.03	Imobilizado	95.681	92.713
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95.285	92.713
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	396	0
1.02.04	Intangível	301	304
1.02.04.01	Intangíveis	301	304
1.02.04.01.02	Intangível	301	304

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	305.854	297.888
2.01	Passivo Circulante	543.963	539.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.111	15.565
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.111	15.565
2.01.02	Fornecedores	16.009	14.975
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.752	14.975
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	257	0
2.01.02.02.01	Passivo de Arrendamento	257	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	488.054	484.005
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	488.054	484.005
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	480.513	476.390
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	1.468	1.468
2.01.03.01.04	Parcelamentos	6.073	6.147
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	238	126
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	238	126
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	238	126
2.01.05	Outras Obrigações	22.551	25.138
2.01.05.02	Outros	22.551	25.138
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	12.499	11.690
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	10.052	13.448
2.02	Passivo Não Circulante	89.437	94.164
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	130	160
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	130	160
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	130	160
2.02.02	Outras Obrigações	58.955	62.278
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.399	33.726
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30.399	33.726
2.02.02.02	Outros	28.556	28.552
2.02.02.02.06	Passivo de Arrendamentos	210	0
2.02.02.02.07	Parcelamentos	28.346	28.552
2.02.03	Tributos Diferidos	16.691	16.839
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.691	16.839
2.02.04	Provisões	13.661	14.887
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.661	14.887
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	13.661	14.887
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-327.546	-336.085
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-490.501	-499.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.916	37.067
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-303	-314

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	99.849	82.221
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69.898	-60.786
3.03	Resultado Bruto	29.951	21.435
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.050	-9.425
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.559	-6.672
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.741	-2.944
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.340	1.854
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.090	-1.663
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.901	12.010
3.06	Resultado Financeiro	-9.336	-17.401
3.06.01	Receitas Financeiras	3.966	282
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.302	-17.683
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.565	-5.391
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.974	-1.043
3.08.01	Corrente	0	-1.765
3.08.02	Diferido	3.974	722
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.539	-6.434
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.539	-6.434
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.528	-6.431
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,20266	-0,90618
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,20266	-0,90618

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.539	-6.434
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	3.171
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.539	-3.263
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.528	-3.260
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	11	-3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-707	1.779
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.412	5.611
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	8.528	-6.728
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.540	1.702
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	716	1.462
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	7	22
6.01.01.05	Participação de Minoritários	11	-3
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	39	20
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	6	6
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-3.974	-722
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	7.155	5.167
6.01.01.10	Ajuste a Valor Presente	0	37
6.01.01.11	Ajuste Trava Cambial	0	4.698
6.01.01.12	Provisão / Reversão encargos legais	0	-50
6.01.01.13	Provisão para perda (Impairment)	5.216	0
6.01.01.14	Juros com partes relacionadas	2.168	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-22.119	-3.832
6.01.02.01	Clientes	-6.726	-459
6.01.02.02	Estoques	1.458	-1.181
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	614	-393
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-1.914	198
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-14.249	-459
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	392	17
6.01.02.07	Fornecedores	776	1.172
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	513	-2.658
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	1.546	1.101
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	809	-150
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-1.942	-1.631
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-3.396	611
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.056	-2.796
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-4.043	-2.790
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-13	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.450	383
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-80	0
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	135	270
6.03.03	Recebimentos com partes relacionadas	42.156	113
6.03.04	Pagamentos com partes relacionadas	-47.661	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.213	-634
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.550	859
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	337	225

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771	-313	-336.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-499.180	37.067	-335.771	-313	-336.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.679	-151	8.528	12	8.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.528	0	8.528	12	8.540
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	151	-151	0	0	0
5.05.02.06	Realização de ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	151	-151	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-490.501	36.916	-327.243	-301	-327.544

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827	-334	-344.161
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827	-334	-344.161
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.431	4.693	-1.738	-3	-1.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.431	0	-6.431	-3	-6.434
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.693	4.693	0	4.693
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.693	4.693	0	4.693
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	764	-635	-129	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	764	-764	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	4.557	-510.853	40.623	-345.565	-337	-345.902

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	104.872	89.809
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	104.580	88.873
7.01.02	Outras Receitas	299	958
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-7	-22
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.837	-42.086
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-39.607	-36.132
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.230	-5.954
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.035	47.723
7.04	Retenções	-1.540	-1.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.540	-1.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	54.495	46.021
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	469	-8.778
7.06.02	Receitas Financeiras	148	-9.659
7.06.03	Outros	321	881
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	54.964	37.243
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	54.964	37.243
7.08.01	Pessoal	31.701	28.073
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.158	23.018
7.08.01.02	Benefícios	4.043	3.754
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.500	1.301
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.173	7.872
7.08.02.01	Federais	2.755	3.369
7.08.02.02	Estaduais	2.418	4.503
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.551	7.732
7.08.03.01	Juros	9.551	7.732
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.539	-6.434
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.528	-6.431
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	11	-3

Comentário do Desempenho

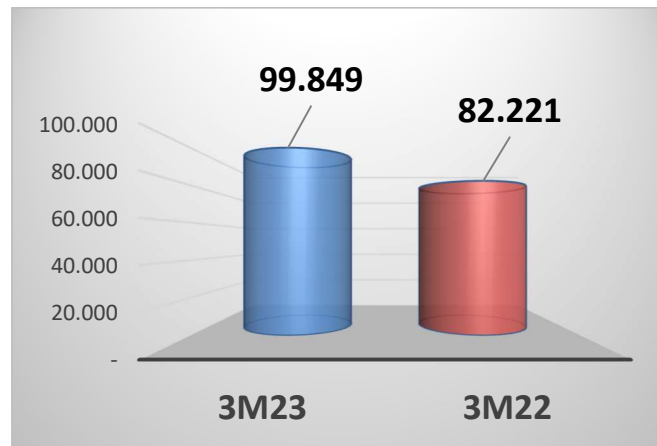


COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

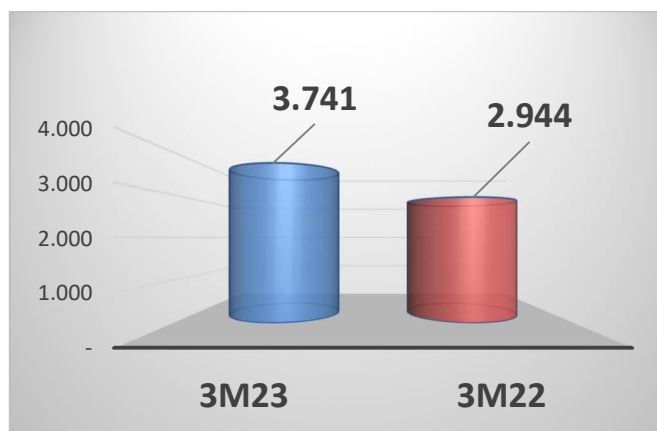
Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 99.849 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, e de R\$ 82.221 no período de três meses findo em 31 de março de 2022. O aumento em torno de 21,44% na receita líquida da Companhia está associado basicamente aos seguintes fatores:

- a) Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- b) Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- c) Reajuste no contrato de prestação de serviços com outra empresa do ramo.



Despesas gerais e administrativas



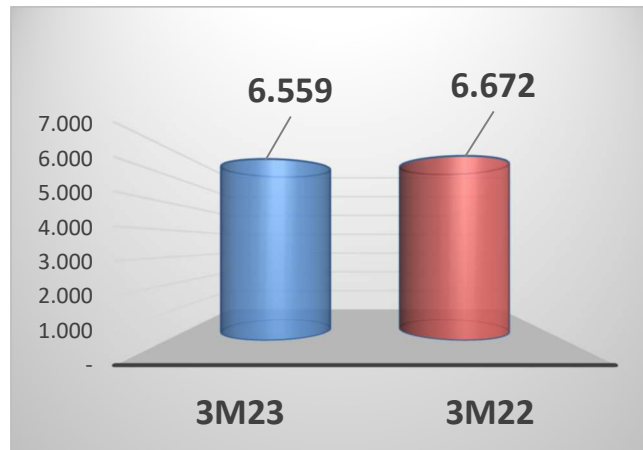
Ao passo que a Companhia apresenta um aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas também apresentaram um aumento de aproximadamente 27%, totalizando R\$ 3.741 para o período de três meses findo em 31 de março de 2023, e R\$ 2.944 para o período de três meses findo em 31 de março de 2022.

Comentário do Desempenho



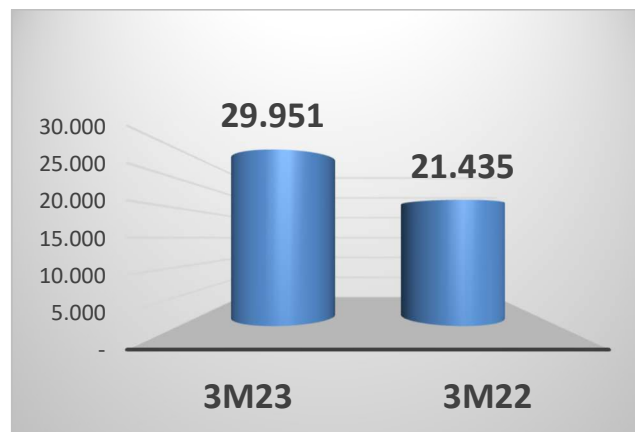
Despesas com vendas

No período de três meses findo em 31 de março de 2023 as despesas com vendas totalizaram R\$ 6.559, sendo que no período de três meses findo em 31 de março de 2022 ficou em R\$ 6.672, equivalentes a 6,57% e 8,11% respectivamente da receita operacional líquida.



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 29.951 no período de três meses findo em 31 de março de 2023, equivalente a 30% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2022 alcançou R\$ 21.435 equivalente a 26,07% da receita operacional líquida.



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o período de três meses findo em 31 de março de 2023.

Comentário do Desempenho

	31/03/23	31/03/22
Lucro líquido do período	8.539	(6.434)
(+) Impostos	(3.974)	1.043
(+) Resultado financeiro	9.336	17.401
EBIT / LAJIR	13.901	12.010
(+) Depreciações e amortizações	1.540	1.702
EBITDA / LAJIDA	15.441	13.712
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	-	-
EBITDA / LAJIDA - Ajustado	15.441	13.712
 Receita Líquida	 99.849	 82.221
Relação % EBITDA ajustado	15,46%	16,68%

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. À partir do exercício de 2023 a Companhia passa a ser auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, à qual possui registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nº 01127-4.

Lajeado (RS), 15 de maio de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional**1.1 - Atividades desenvolvidas**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

Em 31 de março de 2023 a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 490.501 (R\$ 499.180 em 31 de dezembro 2022), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 327.243 (negativo R\$ 335.771 em 31 de dezembro 2022). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.420 e 373.699 (em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, excedeu em R\$ 377.371).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/2023	Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/2023
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	15	67	15
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	195	76.297	15.344
Parcelamento - PERT	2017	-	-	56.548	9.281
	Total	564	210	132.912	24.640

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Notas Explicativas



Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as informações financeiras trimestrais devidamente revisadas pela empresa independente Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 15 de maio de 2023 as referidas informações financeiras trimestrais foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de três meses findos em 31 de março de 2023, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações contábeis intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações contábeis intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e das informações contábeis intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2022.

Visando aprimorar a apresentação das informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2023, a Companhia reclassificou os saldos de 31 de dezembro de 2022 mantidos na rubrica de contas a receber de clientes, referente a valores já recebidos de clientes (câmbios a liquidar) para rubrica de numerários em trânsito em 31 de dezembro de 2022 (vide nota explicativa nº 8).

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Informações Financeiras Trimestrais

As informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de informações financeiras trimestrais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas informações

Notas Explicativas



financeiras trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações financeiras trimestrais individuais

As informações financeiras trimestrais individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As informações financeiras trimestrais da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as informações financeiras trimestrais consolidadas.

3.2 Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas compreendem as informações financeiras trimestrais da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas informações financeiras trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações financeiras trimestrais individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras trimestrais

Notas Explicativas



A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

Notas Explicativas



3.7 Numerários em trânsito

Os numerários em trânsito estão compostos por valores de câmbios a liquidar referente a recebimentos de clientes no exterior, estes recebíveis não são convertidos em câmbio e ficam mantidos junto as instituições financeiras. O fluxo de conversão utilizado para liquidação destes recebíveis é superior a 90 dias.

3.8 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.10 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.12 Investimentos

3.12.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.12.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o

Notas Explicativas



valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.13 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.14 Direito de Uso

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações contábeis.

3.15 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Notas Explicativas



Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.16 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.18 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as informações financeiras trimestrais. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.19 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das informações financeiras trimestrais. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão

Notas Explicativas



disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.21 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.22 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.23 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das informações financeiras trimestrais pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, "Impairment" e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.24 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Caixa	-	-	23	5
Bancos - Conta Corrente	9	5.250	92	10.545
Aplicação de liquidez imediata	-	-	222	-
Total	9	5.250	337	10.550

Notas Explicativas



5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Mercado interno	-	-	54.973	51.868
Mercado externo	-	-	9.506	5.885
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.271)	(3.264)
Total	-	-	61.208	54.489

Vencidos	31/03/23		31/12/22	
Até 30 dias	13.463	22%	12.023	22%
De 31 a 60 dias	593	1%	2	0%
De 61 a 90 dias	353	1%	57	0%
De 91 a 120 dias	33	0%	5	0%
De 121 a 150 dias	-	0%	6	0%
De 151 a 180 dias	58	0%	1	0%
Acima de 180 dias	3.271	5%	3.264	6%
Sub-total	17.771	29%	15.358	28%
À vencer				
Até 30 dias	34.329	56%	31.835	58%
De 31 a 60 dias	12.379	20%	10.560	19%
Sub-total	46.708	76%	42.395	77%
Provisão para perda esperada	(3.271)	-5%	(3.264)	-6%
Total	61.208	100%	54.489	99%

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Produtos prontos	-	-	2.169	3.282
Produtos em elaboração	-	-	120	154
Matérias primas	-	-	3.781	3.204
Materiais de embalagem	-	-	2.127	2.778
Materiais de manutenção	-	-	6.348	6.270
Estoque em poder de terceiro	-	-	474	789
Total	-	-	15.019	16.477

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
IRRF a recuperar	-	-	21	3
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	838	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-	536	684
ICMS a recuperar	-	-	227	148
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	404	314
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	1.206	-
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	6.657	6.602
INSS a Compensar (b)	-	-	5.112	5.275
Circulante	-	-	15.001	13.026
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	237	298
Não Circulante	-	-	237	298

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 28 – Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacado neste relatório através da nota explicativa nº 30 – Receitas Financeiras.

Em março de 2022, foi realizado o pedido de habilitação dos créditos no valor de R\$ 3.188 mil, o qual foi homologado no mês de abril de 2022. O referido crédito está sendo utilizado para a compensação de impostos correntes apurados no período.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cujo Plenário considerou que “uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário”, e em atendimento ao Ofício Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que indica a necessidade de uma robusta divulgação do tema, a Companhia informa que está realizando todos os levantamentos necessários a fim de avaliar os possíveis impactos de tal decisão. Informa ainda que até a publicação das informações financeiras trimestrais não foram identificados pelos assessores jurídicos da Companhia, impactos relevantes sobre este tema.

b) Crédito de INSS a Compensar

Notas Explicativas

c) O montante de R\$ 5.112 (R\$ 5.275 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica “INSS a compensar” refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até 06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram “indébitos tributários”, gerando um crédito para a Companhia, o qual está sendo utilizado para abatimento de dívidas federais.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Adiantamentos	-	-	6	5
Consórcios contemplados	-	-	1.171	1.128
Despesas antecipadas	-	-	88	207
Numerários em trânsito (a)	-	-	73.296	64.611
Trava Cambial (b)	-	-	2.800	972
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.786	-
(-) Provisão para perda (d)	-	-	(2.807)	-
Circulante	-	-	78.340	66.923
Depósitos Judiciais - Agostinho Carrer (e)	6.134	6.134	6.134	6.134
Outros	-	-	1.061	1.034
(-) Provisão para perda (d)	-	-	-	2.409
Não Circulante	6.134	6.134	7.195	9.577

a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio).

Importante destacar que no relatório das demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais valores estavam classificados no grupo de “contas a receber”, porém para uma melhor avaliação, o valor foi reclassificado neste relatório de informações trimestrais para rubrica específica de “numerários em trânsito”, no grupo de Outros Ativos (vide nota explicativa nº 8), facilitando a compreensão e comparação dos saldos desta operação.

b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro derivativo para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de parte de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês.

c) Em razão de acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS, tendo como partes Dôhler S.A (“Dôhler”) e Companhia Minuano de Alimentos (“Companhia Minuano”), no qual as partes concordaram com a concessão à Companhia Minuano do prazo para

Notas Explicativas



pagamento parcelado até dezembro de 2023, a Döhler cedeu à Companhia Minuano 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A. ("Minupar"), em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio de acordo judicial anterior, cuja validade vinha sendo discutida, considerando o valor nominal das ações à época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$3.786 mil, o efeito desta operação está destacado também na nota explicativa nº 27 – Outras despesas operacionais.

Importa esclarecer que a Minupar não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

A Minupar informa que tem adotado as medidas para a regularização necessária, sendo que tal situação excepcional, bem como a proposta de encaminhamento desta questão já foram devidamente comunicados à CVM por meio de consulta formal.

d) Em 31 de março de 2023, foi realizada a avaliação do valor justo do ativo apresentado na rubrica "Minupar Participações S.A.", e considerando o valor atual de cotação destes títulos, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 2.807 mil, o efeito desta operação está destacado também na nota explicativa nº 27 – Outras despesas operacionais. Outro montante reconhecido nesta rubrica refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.

e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroará Indústria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, os quais reconheceram a existência de dívida, para resolver todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens). Entretanto, sob a alegação de crise no setor avícola, as devedoras passaram a requerer suspensões provisórias dos pagamentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acordada a obrigação de pagar apenas do valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Ocorre que os pagamentos, mesmo que parciais, deixaram de ser adimplidos a partir de novembro de 2022, além disso, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroará Indústria de Alimentos LTDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora, a Companhia, optou por manter em suas informações financeiras trimestrais apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134.

Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/03/2023 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(227.193)	(82.398)	(309.591)
+/- Equivalência Patrimonial	8.607	3.098	11.705
Provisão para perda de investimento em 31/03/2023	(218.586)	(79.300)	(297.886)

Notas Explicativas**b) Propriedades para investimento**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado 31/03/23			Consolidado 31/12/22		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.391	(6.320)	5.071	11.391	(6.320)	5.071
Outros	290	(205)	85	290	(205)	85
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.775	(12.918)	25.857	38.775	(12.918)	25.857

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de março de 2023 são contabilizados a valor de custo.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Para o período findo em 31 de março de 2023, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/23
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	-	-	5.071
Outros	85	-	-	-	-	85
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.857	-	-	-	-	25.857

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/23			Taxas	31/12/22		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	81.190	(28.325)	52.865	2,50%	78.936	(27.452)	51.484
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	65.967	(43.336)	22.631	5,00% - 6,67%	62.332	(41.939)	20.393
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	3.368	(1.548)	1.820	8,33%	3.229	(1.419)	1.810
Computadores	5,56% - 20,00%	2.413	(1.285)	1.128	33,33%	2.326	(1.170)	1.156
Veículos	7,14% - 10,00%	892	(744)	148	20,00%	892	(738)	154
Imobil. em Andamento	-	1.100	-	1.100	-	2.123	-	2.123
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		170.537	(75.252)	95.285		165.445	(72.732)	92.713

Notas Explicativas

Em setembro de 2022 a Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso, além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens.

O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 31 de janeiro de 2023, deste modo, apresentamos na tabela acima o comparativo das taxas de depreciação utilizadas até a data de emissão do laudo.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	13	-	(769)	2.137	52.865
Maquinas e equipamentos	20.393	1.918	(2)	(581)	903	22.631
Moveis e utensílios	1.810	53	-	(47)	4	1.820
Computadores e periféricos	1.156	34	-	(62)	-	1.128
Veículos	154	-	-	(6)	-	148
Imobilizações em andamento	2.123	2.025	(4)	-	(3.044)	1.100
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	92.713	4.043	(6)	(1.465)	-	95.285

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui dois contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, e destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Grupo	31/03/23		
	Custo	Deprec.	Líquido
Direito de Uso	416	(20)	396
	416	(20)	396

A movimentação dos contratos de Direito de Uso apresenta-se da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Remensuração	-
(+) Novos contratos	456
(-) Contratos encerrados	-
(-) Depreciação locação	(60)
Saldo em 31 de março de 2023	396

Notas Explicativas**12 - Intangível**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/03/23			31/12/22		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	445	(299)	146	437	(281)	156
Marcas e Patentes	-	155	-	155	148	-	148
Total		600	(299)	301	585	(281)	304

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em		Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em
	31/12/22						
Softwares	156	6	-	(16)	-	-	146
Marcas e Patentes	148	7	-	-	-	-	155
Total	304	13	-	(16)	-	-	301

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Provisões de férias e 13º salário	-	-	10.883	9.181
Salários / Pró-labore a pagar	175	148	4.022	3.756
Rescisões a pagar	-	-	60	50
Outras obrigações a pagar	-	-	2.146	2.578
Total	175	148	17.111	15.565

14 - Arrendamentos a pagar**Composição dos arrendamentos a pagar**

	31/03/23
Arrendamentos a pagar - CP	314
(-) Encargos a apropriar - CP	(57)
Total - Passivo Circulante	257
Arrendamentos a pagar - LP	223
(-) Encargos a apropriar - LP	(13)
Total - Passivo Não Circulante	210

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

Notas Explicativas

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2023	238	(44)	194
2024	251	(22)	229
2025	48	(4)	44
Total	537	(70)	467

Movimentação dos arrendamentos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Remensuração	-
(+) Novos contratos	528
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	19
(-) Contraprestação	(80)
Saldo em 31 de março de 2023	467

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
INSS a recolher	10	10	269.270	265.890
FGTS a recolher	-	-	3.720	3.899
IRRF a recolher	3	9	233	648
IRPJ a recolher	-	-	102.116	101.635
CSLL a recolher	-	-	38.772	38.565
COFINS a recolher	-	-	50.075	49.296
PIS a recolher	-	-	10.707	10.519
Impostos Retidos	-	-	22	34
ICMS a recolher	-	-	1.106	1.101
Outros	-	-	4.492	4.803
Total	13	19	480.513	476.390

16 - Parcelamentos

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
PERT (a)	-	-	1.457	1.406
Lei 12.996/14 (b)	21	21	2.293	2.252
Lei 11.941/09	4	4	4	4
FGTS	-	-	751	742
ICMS	-	-	74	111
Ordinário	-	-	1.494	1.632
Circulante	25	25	6.073	6.147
PERT (a)	-	-	7.824	7.897
Lei 12.996/14 (b)	174	177	13.051	13.375
Lei 11.941/09	11	13	11	13
FGTS	-	-	4.550	4.683
ICMS	-	-	10	13
Ordinário	-	-	2.900	2.571
Não Circulante	185	190	28.346	28.552

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2022	(17.096)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2022	2.914
Saldo remanescente em 31/12/2022	9.303
(+) Atualização Selic de Jan-23 até Mar-23	315
(-) Pagamentos efetuados de Jan-23 até Mar-23	(337)
Saldo remanescente em 30/09/2022	9.281
Circulante	1.457
Não circulante	7.824

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos,

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Notas Explicativas

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/2023	(12.556)
Saldo remanescente em 31/03/2023	15.344
Circulante	2.293
Não circulante	13.051

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo	Impostos Diferidos		
	Atribuído	IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
	31/03/2023	(5.809)	(2.091)	(7.900)
	31/03/2023	10.934	3.936	14.870

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido sobre as diferenças temporárias:

Notas Explicativas



Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 31/03/2023		(1.470)	(529)	(1.999)
(B) = Saldo em 31/03/2023		2.418	871	3.289
(A + B) = Saldo em 31/03/2023		13.352	4.807	18.159
Circulante		1.079	389	1.468
Não circulante		12.273	4.418	16.691

	Consolidado	
	31/03/23	31/12/22
IRPJ diferido	1.079	1.079
CSLL diferido	389	389
Circulante	1.468	1.468
IRPJ diferido	12.273	12.382
CSLL diferido	4.418	4.457
Não circulante	16.691	16.839

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Resultado antes do IR e CS	6.453	(6.431)	4.565	(5.391)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	2.194	(2.187)	1.552	(1.833)
Resultado de participações societárias	(3.980)	1.790	-	-
Ajuste a valor presente	-	(13)	-	(13)
Contingências	-	18	(4.157)	(94)
Verbas indenizatórias	-	-	-	-
Diferença de depreciação	-	-	(7)	(404)
Variação cambial	-	-	84	3.380
Ajustes de Faturamento - CPC47	-	-	(3.730)	531
Subvenções governamentais	-	-	-	(260)
Diferenças temporárias	-	-	-	586
Compensação com PF e BN	-	-	-	(773)
Provisão de devedores duvidosos	-	-	-	8
Outros	-	17	115	(85)
Despesa efetiva de IR e CSLL	(1.786)	(375)	(6.143)	1.043
IRPJ e CSLL - Diferido	2.075	-	3.974	722
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	-	(1.765)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	0%	19%

18 - Partes relacionadas

Notas Explicativas



a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 28 de abril de 2023 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 700 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 3.250 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no período de três meses findo em 31 de março de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022:

	31/03/23		31/03/22	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	93	93	54	54
Diretoria executiva	30	394	12	430

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	135	125
Total	5.777	5.777	135	125
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	-	5.367
Companhia Minuano	9.266	13.393	-	-
Acionistas e outros	30.398	28.360	30.399	28.359
Total	39.664	41.753	30.399	33.726

As operações *intercompany* referem-se à pagamentos efetuados pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, referente a despesas operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas.

As demais operações envolvendo partes relacionadas estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

19 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais

Notas Explicativas

discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	Consolidado 31/03/23			Consolidado 31/12/22		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	8.582	4.268	4.314	9.868	4.668	5.200
Cível	4.892	1.916	2.976	4.838	1.908	2.930
Tributária	187	-	187	181	-	181
Total	13.661	6.184	7.477	14.887	6.576	8.311

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2022	Provisões	Reversões	Saldo Final 31/03/2023
Contingências Trabalhistas	9.868	654	(1.939)	8.583
Contingências Tributárias	181	5	-	186
Contingências Cíveis	4.838	56	(3)	4.892
Total	14.887	716	(1.942)	13.661

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2023, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 104.359 (R\$ 102.339 em 31 de dezembro de 2022), destes, R\$ 94.143 (R\$ 92.393 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza cível e R\$ 10.216 (R\$ 9.946 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo classificado com probabilidade de risco de perda “possível” refere-se à ação nº 017/1.13.0002978-6, de natureza cível, que discute o pagamento de honorários contratuais de sucesso referente a apuração de crédito prêmio de IPI sobre exportações, o montante atualizado desta contingência é de R\$ 83.542, e foi motivo de fato relevante, divulgado no dia 05 de março de 2020, devido a decisão desfavorável em primeira instância.

Todavia, em fevereiro de 2023, após interposição de recurso de apelação, foi proferido julgamento pelo tribunal de justiça do rio grande do sul para reformar a sentença e absolver a Companhia do pagamento daqueles honorários, sob o fundamento de que restou provado nos autos que os créditos apurados nunca foram homologados ou legitimados pela Receita Federal do Brasil, de modo que não houve qualquer proveito econômico pela Companhia, consequentemente inexistindo êxito em relação ao serviço prestado pela empresa de consultoria.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia e, de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos, está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que não se esgotaram os recursos legais na esfera judicial, contudo, sabendo-se que restam medidas excepcionais para instâncias extraordinárias, a Companhia entende que é pouco provável uma futura saída de recursos

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

20 - Patrimônio líquido**a) Capital social**

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

Notas Explicativas



b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, os quais inicialmente estavam classificados na coluna de "Reserva de Lucros", e passaram a ser demonstrados na coluna de "Outros resultados abrangentes".

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de março de 2023 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício. Inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

21 - Cobertura de seguros

Notas Explicativas



A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

22 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 31% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	12.279	5,3083	65.181	(2.800)	62.381
Recebíveis sem trava	4.020	5,0798	20.421	-	20.421
Total	16.299		85.602	(2.800)	82.802

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2023, a qual indica o montante de R\$ 86.085.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 5,20. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Notas Explicativas

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	12.279	5,3083	65.181
Recebíveis sem trava	4.020	5,2000	20.904
Total	16.299		86.085

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

	31/03/23	Selic estimada 12,50%
INSS a recolher	269.270	302.929
FGTS a recolher	3.720	4.185
IRRF a recolher	233	262
IRPJ a recolher	102.116	114.881
CSLL a recolher	38.772	43.619
COFINS a recolher	50.075	56.334
PIS a recolher	10.707	12.045
Impostos retidos	22	25
ICMS a recolher	1.106	1.244
Outros	4.492	5.054
Total	480.513	540.578

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2023, que foi de 12,50%.

23 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

	31/03/23			31/03/22		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	73.751	30.900	104.651	64.579	24.540	89.119
(-) Impostos	(4.731)	-	(4.731)	(6.652)	-	(6.652)
(-) Devoluções	(69)	(2)	(71)	(99)	(147)	(246)
Receita líquida de produtos e serviços	68.951	30.898	99.849	57.828	24.393	82.221

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

24 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Salários	-	-	(18.077)	(15.908)
Matérias primas	-	-	(15.350)	(12.322)
Encargos sociais	-	-	(4.455)	(4.232)
Energia elétrica	-	-	(4.857)	(5.060)
Manutenção Industrial	-	-	(4.156)	(3.319)
Benefícios a empregados	-	-	(3.631)	(3.475)
Depreciações	-	-	(1.464)	(1.517)
Férias e 13º salário	-	-	(3.774)	(3.241)
Serviço de terceiros	-	-	(3.113)	(2.689)
Materiais de embalagem	-	-	(7.042)	(5.676)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(1.200)	(723)
Locações/Aluguéis	-	-	(635)	(616)
Indenizações trabalhistas	-	-	(16)	(20)
Equipamento de proteção	-	-	(632)	(686)
Taxas e encargos legais	-	-	(156)	(164)
Análises laboratoriais	-	-	(440)	(330)
Frete rodoviários e marítimos	-	-	(372)	(299)
Outros gastos	-	-	(528)	(509)
Total	-	-	(69.898)	(60.786)

25 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Salários	(129)	(72)	(1.501)	(1.187)
Encargos sociais	(26)	(14)	(328)	(214)
Energia elétrica	-	-	(34)	(41)
Manutenção Predial	-	-	(56)	(51)
Benefícios a empregados	-	-	(500)	(296)
Depreciações	-	-	(75)	(105)
Férias e 13º salário	-	-	(283)	(209)
Serviço de terceiros	(84)	(73)	(550)	(522)
Taxas e encargos legais	(1)	(1)	(41)	(35)
Publicidade e propagand	(32)	(8)	(74)	(10)
Viagens e estadias	(2)	-	(22)	(8)
Outros gastos	-	(11)	(277)	(266)
Total	(274)	(179)	(3.741)	(2.944)

26 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Frete Marítimo - Mercado Externo	-	-	(3.510)	(3.906)
Frete Porto - Mercado Externo	-	-	(682)	(605)
Frete rodoviário - Mercado Interno	-	-	(813)	(720)
Custos aduaneiros	-	-	(816)	(734)
Armazenagem	-	-	(92)	(50)
Salários	-	-	(169)	(143)
Férias e 13º salário	-	-	(35)	(34)
Benefícios a empregados	-	-	(15)	(13)
Serviço de terceiros	-	-	(40)	(31)
Publicidade e propaganda	-	-	(38)	(82)
Comissões sobre vendas	-	-	(249)	(249)
Provisões para perdas	-	-	-	(22)
Encargos sociais	-	-	(37)	(33)
Telefonia/Correio	-	-	(26)	(22)
Análises laboratoriais	-	-	(3)	(8)
Depreciações	-	-	(1)	(2)
Outros gastos	-	-	(33)	(18)
Total	-	-	(6.559)	(6.672)

27 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais do período de três meses findo em 31 de março de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Despesas de litígios fiscais (a)	(2.964)	-	(4.331)	(88)
Provisões (Reversões) de contingências	-	(53)	(393)	(1.398)
Provisão para perda (b)	-	-	(5.216)	-
Custo na alienação de ativos	-	-	36	(6)
Reversão de créditos tributários	-	-	(64)	(49)
Despesas fábricas inativas	-	-	(76)	(67)
Despesas Gerais	-	-	(46)	(55)
Total	(2.964)	(53)	(10.090)	(1.663)

a) A Companhia e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, realizaram o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e até o encerramento das informações financeiras para o período findo em 31 de março de 2023, o pedido de adesão realizado pela Companhia constava em análise junto a Receita Federal do Brasil.

b) Na rubrica “provisão para perda”, foram registrados os montantes de R\$ 2.807, referente a avaliação a valor justo dos títulos recebidos através do acordo judicial indicado de forma mais detalhada neste formulário no item “c”, da nota explicativa nº 8 – Outros ativos. Outro montante reconhecido nesta rubrica refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.

28 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o período de três meses findo em 31 de março de 2023.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Créditos Fiscais	-	-	259	-
Acordos Judiciais (a)	-	638	3.786	638
Venda de sucata e lenha	-	-	44	30
Receita de aluguel	-	-	207	181
Subvenções Governamentais	-	-	-	764
Receitas Gerais	9	-	44	241
Total	9	638	4.340	1.854

c) O valor de R\$ 3.786 apresentado na rubrica de “Acordo judiciais” refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 – Outros ativos.

29 - Despesas financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2023, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	8	(14)	(6.227)	(4.783)
Juros de operações com partes relacionadas (b)	(2.039)	(1.520)	(2.169)	(2.295)
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	(9)	(4)
Despesas/Tarifas Bancárias	-	(1)	(78)	(55)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(113)	(150)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(40)	(20)
Variações cambiais passivas	-	-	(3.741)	(9.941)
Encargos legais	-	-	(925)	(398)
Ajuste a Valor Presente	-	(37)	-	(37)
Total	(2.031)	(1.572)	(13.302)	(17.683)

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 18.

30 - Receitas Financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2023, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Variações cambiais ativas	-	-	3.636	206
Descontos financeiros obtidos	-	-	12	18
Outras receitas financeiras	8	-	212	58
Juros de créditos Fiscais	-	-	106	-
Total	8	-	3.966	282

Notas Explicativas**31 - Informações por segmento**

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o período de três meses findo em 31 de março de 2023:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receita bruta	53.832	48.304	50.819	40.815	-	-	104.651	89.119
Impostos e devoluções	(4.207)	(6.386)	(596)	(512)	-	-	(4.802)	(6.898)
Receita líquida	49.625	41.918	50.223	40.303	-	-	99.849	82.221
Custos	(31.717)	(26.337)	(38.181)	(34.449)	-	-	(69.898)	(60.786)
Lucro bruto	17.908	15.581	12.042	5.854	-	-	29.951	21.435
Despesas administrativas	-	-	-	-	(3.741)	(2.944)	(3.741)	(2.944)
Despesas com vendas	(6.559)	(6.672)	-	-	-	-	(6.559)	(6.672)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(10.090)	(1.663)	(10.090)	(1.663)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	4.340	1.854	4.340	1.854
Resultado antes dos efeitos financeiros	11.349	8.909	12.042	5.854	(9.491)	(2.753)	13.901	12.010
Despesas financeiras	-	-	-	-	(13.302)	(17.683)	(13.302)	(17.683)
Receitas financeiras	-	-	-	-	3.966	282	3.966	282
Resultado antes dos tributos	11.349	8.909	12.042	5.854	(18.827)	(20.154)	4.565	(5.391)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	3.974	722	3.974	722
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(1.765)	-	(1.765)
Resultado líquido do exercício	11.349	8.909	12.042	5.854	(14.853)	(21.197)	8.539	(6.434)
					Atribuído a acionistas não controladores		11	(3)
					Atribuído a acionistas controladores		8.528	(6.431)

32 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

	31/03/23	31/03/22
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	8.539	(6.434)
Resultado diluído por ação	1,20266	(0,90618)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos

Notas Explicativas



que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

33 - Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, as controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, elegeram a nova Diretoria para ambas empresas, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Margareth Schacht Herrmann como Diretora Presidente, Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor, Sr. Tiago Fonseca Siqueira como Diretor e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor. Na mesma data ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, na qual foi eleita a seguinte composição para a Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como Diretora, Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor, Sr. Tiago Fonseca Siqueira como Diretor e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor.

Também em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023, a Companhia elegeu seu Conselho de Administração, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: André Rafael de Oliveira, Francisco Asclépio Barroso Aguiar, Livia Toshie Suguita Chao, Chao En Hung e Margareth Schacht Herrmann. Na oportunidade também foi instalado o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: Celso Cândido Filho, Henrique Barcelos Ercoli e Maria Elvira Lopes Gimenez como Conselheiros Efetivos, e seus suplentes, respectivamente, Amanda Lopes Gimenez Masseu, Maria Aparecida Gomes Siqueira e Murici dos Santos.

No dia 08 de maio de 2023 foi realizada a primeira Reunião do Conselho de Administração reeleito em conjunto com o Conselho Fiscal, momento em que foram devidamente investidos em seus cargos por meio da assinatura do termo de posse. Na oportunidade, foram nomeados os membros da Diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo reconduzidos aos cargos os Senhores Tiago Silveira do Pinho, como Diretor Presidente, e Fernando Ataíde Silva Jorge, como Diretor de Relação com Investidores.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da Minupar Participações S/A.
Lajeado – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S/A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1.3 que indica que em 31 de março de 2023 a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 490.501 mil (R\$ 499.180 mil em 31 de dezembro 2022), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 327.243 mil (negativo R\$ 335.771 mil em 31 de dezembro 2022).

O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.420 mil e 373.699 mil (em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, excedeu em R\$ 377.371 mil). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa no 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

As Informações Trimestrais - ITR, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações financeiras correspondentes: (i) ao resultado, ao resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e ao valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e (ii) os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2022, obtidos nas demonstrações financeiras daquele exercício, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão, datado de 11 de maio de 2022, sem ressalvas e com ênfase sobre continuidade operacional e Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento e relatório de auditoria do exercício de 2022, sem ressalvas, e com ênfase sobre continuidade operacional.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2023.

Lajeado, 15 de maio de 2023.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2023.

Lajeado, 15 de maio de 2023.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores